

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL

ATUAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA DO CAMPO

NOVA TEBAS

2014

DAIELE FLORES RIBEIRO

**ATUAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA
ESCOLA DO CAMPO**

Trabalho apresentado como requisito parcial
para obtenção da certificação do curso de
Especialização em Educação do Campo,
Setor Litoral da Universidade do Paraná .

Orientadora: Flávia Motta Lima Guedes

NOVA TEBAS

2014

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	6
2.1 CONSELHO ESCOLAR E GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	9
2.2 UMA EXPERIÊNCIA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA DO CAMPO.....	12
3. METODOLOGIA.....	14
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	14
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	17

ATUAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA DO CAMPO

Daiele Flores Ribeiro

Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral

RESUMO: O presente trabalho objetiva um estudo bibliográfico sobre a Gestão Democrática e a participação das Instâncias Colegiadas na tomada de decisões na Escola do Campo. A luta por uma educação igualitária se arrasta por anos, uma educação participativa, que realmente valorize a cultura dos mesmos, a qual vem sobrevivendo com o passar dos anos. Hoje muito se fala sobre a Gestão Democrática, é a forma de modelo do momento, mas os diretores, comunidade, professores e alunos sabem realmente o que ela é, e como funciona? Atualmente, a Gestão Democrática nas escolas, significa libertação de um autoritarismo que segue por anos nas instituições de ensino. Busca-se um ambiente democrático, com efetiva participação da comunidade como um todo, para valorização e perpetuação dos costumes, cultura e conhecimento dos povos do campo, assim como o incentivo aos estudos para os jovens.

Palavras chave: Educação do Campo, Gestão Democrática; Instâncias Colegiadas.

1. INTRODUÇÃO

A proposta da Gestão Democrática, a qual conta com uma participação efetiva de pais, alunos, educadores e funcionários da escola muitas vezes é considerada utópica. Desejamos uma escola transformadora, mas para que ela aconteça é necessária uma transformação do cenário atual, começando pela maior participação das camadas trabalhadoras, transformando o sistema de autoridade com a distribuição do trabalho na instituição de ensino. Nas escolas do campo, a participação das Instâncias Colegiadas na tomada de decisões é sempre positiva, mesmo havendo certa relutância para assumir um dos cargos por conta da responsabilidade e compromisso na participação de reuniões e tomada de decisões no decorrer do ano.

Hoje, o que temos em muitas escolas é um sistema hierárquico, onde a responsabilidade está nas mãos do diretor, por conta da comunidade escolar abrir mão de suas responsabilidades perante as decisões que devem ser tomadas. A transformação na escola só acontece se o trabalho for realizado junto aos interessados, para que estes se organizem e atendam os interesses das camadas que a transformação favorecerá.

A participação da comunidade é de fundamental importância para a tomada de decisões no ambiente escolar, bem como de toda equipe docente, conhecendo bem os conteúdos a serem ministrados, sabendo ligá-los a realidade do aluno, assim como o contexto social, procurando exercer uma prática investigativa sobre seu trabalho. É de grande importância que os professores, tenham consciência de seu papel, entendam que os mesmos fazem parte de uma equipe, onde são discutidas e tomadas decisões, em que ações são definidas, para estruturar procedimentos de organização para construção da gestão da escola.

O propósito deste trabalho, é fazer um estudo bibliográfico mostrando a importância da Gestão Democrática, assim como, a participação da Instância Colegiada na tomada de decisões no ambiente escolar, desenvolvendo conhecimentos, habilidades, atitudes, valores, em relação a organização e gestão da escola, identificando necessidades e problemas na situação de trabalho, sempre

buscando soluções em conjunto com base em práticas inovadoras, implantação de ideias, saberes e experiências, assim como os modos de agir, buscando sempre o aprimoramento das situações de aprendizagem dos alunos das Escolas do Campo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A luta dos povos do campo com o passar do tempo permitiu um novo olhar diante das políticas públicas em todos seus aspectos inclusive ao que tange a proposta educacional. Um ideal que possui como base a igualdade e libertação, tendo como principal representante Gramsci segundo Paulo Freire, onde buscam um projeto de uma sociedade alternativa. Segundo Semeraro (2007) coloca com relação aos conceitos de “libertação” e “hegemonia”:

A “libertação” foi a tônica predominante nos anos 1960 e 1970. A “hegemonia” tem sido a palavra de ordem ao longo dos anos 1980 e 1990. A primeira, representada particularmente pelo pensamento de Paulo Freire, expressava os anseios e as lutas dos que queriam se libertar da ditadura (1964-1984) e da história de colonialismo imposto ao Brasil. A segunda, tendo Antonio Gramsci como referência, passou a significar o projeto das forças populares que com o fim da ditadura orientavam seus esforços para a construção de uma democracia social e para a conquista da direção política. (SEMERARO, 2007, p.95)

Ainda hoje se busca essa democracia de direitos igualitários tendo como base o Ensino Regular, no entanto as práticas de preconceito ainda são grande, o que acaba dificultando mais ainda o trabalho dentro do ambiente escolar. Silva e Linhares (2011, p. 03) ao abordarem a questão da gestão democrática na Educação do Campo colocam que: “Atualmente, caminha-se para uma compreensão efetiva da importância da atuação coletiva dentro da escola, desde a formulação do Projeto Político Pedagógico até a efetivação das propostas, para que de fato atenda-se a escola, como espaço de transformação, mas também exercendo a sua função social”.

A Gestão Democrática na escola vem sendo vista como algo utópico por pais, alunos, professores e funcionários. No entanto, não significa que essa forma de gestão não possa acontecer efetivamente. A partir do momento que se entende a gestão democrática como uma importante ferramenta que auxilie na

solução de problemas da escola, o trabalho com a mesma poderá ser o melhor caminho para um trabalho no interior da mesma. Segundo Schwartz, Araújo, Rodrigues (2010) a Gestão Democrática é entendida como:

[...] participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar: pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola e nos processos decisórios da unidade escolar. (SCHWARTZ, ARAUJO, RODRIGUES 2010 p.111)

A escola é percebida como propagadora de conhecimentos formados historicamente com o desenvolvimento da sociedade os quais passam a realizar uma transformação na forma de pensar desta sociedade, criando uma consciência crítica e transformadora. E como coloca Delors (1998 p.25-26) a gestão deve acontecer de três formas: “[...] em primeiro lugar, a comunidade local, em particular, os pais, os órgãos diretivos das escolas e os professores; em segundo lugar, as autoridades oficiais; em terceiro lugar, a comunidade internacional”. A implantação destas políticas de trabalho na educação não é algo simples, exige empenho das comunidades locais, pais, professores e demais membros da comunidade, características da Gestão Democrática

A sociedade pode ser entendida de duas formas: como um todo harmonioso, onde ocorre a integração de todos os membros, onde a marginalidade afeta somente alguns indivíduos, os quais devem ser corrigidos, e fica incumbida a educação o papel de corrigir essas distorções que ocorreram. Segundo Saviani (2009 p.04) a educação vem com a função de: “[...] reforçar os laços sociais, promover a coesão e garantir a integração de todos os indivíduos no corpo social”. A escola deve atuar como força modificadora contra a marginalidade, para que, dessa forma, ocorram mudanças com total autonomia frente à sociedade. Mas a educação não caminha sozinha, dela depende toda estrutura familiar que cerca os alunos (pais, tios, avós), os quais também devem participar do processo ensino/aprendizado. Saviani afirma que a sociedade pode ser entendida como sendo marcada pela divisão de grupos sociais, onde o que vale são os bens naturais, dessa forma, ressalta:

[...] a marginalidade é entendida como um fenômeno inerente à própria estrutura da sociedade. Isso porque o grupo ou classe que detém maior força se converte em dominante se apropriando dos resultados da

produção social, tendendo, em consequência, a relegar os demais à condição de marginalizados (SAVIANI, 2009, p.04).

Diante disso, a educação passa a ser entendida como dependente da estrutura social, a qual pode ser geradora de marginalidade exercendo sua função contrária. Em relação ao trabalho da gestão dentro do ambiente escolar, é necessário que a mesma seja vista, sentida e entendida.

[...] um processo de mobilização da competência e da energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização, o mais plenamente possível, dos objetivos de sua unidade de trabalho, no caso, os objetivos educacionais (LÜCK, 2006, p.21).

Não basta que o conselho seja participativo nas reuniões, é necessário que também seja ativo na tomada de decisões, colocando em prática as ações propostas para a melhoria não só da qualidade do prédio escolar, materiais, ferramentas de apoio pedagógico, mas acima de tudo valorizando o ensino, a cultura do campo, pois é a mesma que constituiu o pilar da Educação do Campo e sem a sua valorização não teria porque uma visão e trabalho diferenciado com a mesma.

2.1 CONSELHO ESCOLAR E GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Com o passar do tempo o campo deixou de ser visto e entendido como um espaço exclusivamente agrícola, mas também parte do processo educativo, espaço de produção de vida e propagação de várias culturas e costumes, estreitando ainda mais as relações humanas assim como produzindo uma nova história e cultura, fruto das lutas históricas por reconhecimento na sociedade atual.

Mas afinal de contas o que é o Conselho Escolar? De acordo com Castro, o Conselho Escolar é:

[...] um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, que tem como atribuição deliberar sobre a organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar em conformidade com as políticas e diretrizes educacionais da Secretaria Estadual de Educação

- SEED, observando a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento da instituição, para o cumprimento da função social e específica da escola. da comunidade escolar, numa perspectiva de democratização da escola pública, constituindo-se como órgão máximo de direção do Estabelecimento de Ensino. (CASTRO, 2008 p.25)

O Conselho Escolar é parte fundamental para o bom andamento das atividades escolares, formado por pais, alunos, funcionários, professores e gestores do estabelecimento, eleito por votação onde toda comunidade é convidada a participar assim como professores e demais funcionários.

Parte integrante e fundamental para o bom andamento ao que corresponde as decisões tomadas focando o aproveitamento de recursos disponibilizados pelo Governo do Estado, as Instâncias Colegiadas são constituídas pelos seguintes seguimentos: APMF (Associação de Pais, Alunos, Mestres e Funcionários); Conselho de Classe; Grêmio Estudantil e Conselho Escolar, cada uma representando um tipo de decisão a ser tomada no âmbito escolar. A APMF possui como característica, como o próprio nome diz, ser formada por pais, alunos e funcionários pertencentes ao estabelecimento, pois conhecendo a realidade do mesmo poderão tomar as decisões necessárias nas reuniões tanto de cunho pedagógico ou administrativo, refletirão no processo de ensino-aprendizado dos alunos.

Conforme a LDB no artigo 12 é dever da escola: §6, “[...] articular-se com as famílias e a comunidade, criando, processo de integração da sociedade com a escola;” fundamental para o melhor andamento dos trabalhos dentro da instituição, quando ativa e participativa de ações para busca de melhorias relacionadas a qualidade do ensino para os alunos e estrutura para o trabalho dos profissionais no ambiente como um todo. A escola é entendida como um:

[...] local do trabalho docente, e a organização escolar é o espaço de aprendizagem da profissão, no qual o professor põe em prática suas convicções seu reconhecimento da realidade, suas competências pessoais e profissionais, trocando experiências com os colegas e aprendendo mais sobre seu trabalho. (LIBÂNEO, p.307, 2011)

A escola é uma ferramenta para mudança e transformação tanto do indivíduo, como da sociedade, mas sozinha ela pode muito pouco, por isso a importância do trabalho das Instâncias Colegiadas.

O Conselho Escolar do Colégio Estadual do Marilú é composto por pais, professores, alunos, funcionários, direção, equipe pedagógica, atuando de forma democrática e participativa, na tomada de decisões ligadas a vida escolar dos alunos, assim como, do andamento das atividades escolares. A necessidade de recursos adicionais para a manutenção da escola é algo real em nossas escolas públicas, assim como nas Escolas do Campo, a carência de material. A participação dos pais, assim como da comunidade é presente em todos os eventos desde a votação de como ele será realizado, para onde será destinada a verba arrecadada, de que forma cada uma poderá auxiliar no evento, que geralmente é a realização da “Festa Junina do Marilú” tradicional na comunidade.

A Escola do Campo do Marilú possui uma gestão a qual envolve todos, pais, alunos, professores, funcionários da escola visando uma gestão democrática na Escola do Campo, que apresenta características diferenciadas da gestão de uma escola urbana, a qual seja realmente eficaz que irá auxiliar no trabalho para bons resultados no futuro tendo como base os objetivos educacionais. O trabalho referente à cooperação de pessoas e análise de situações, para tomada de decisões e as ações, deve ser colocada em prática tendo como referência os objetivos traçados. Diante disso Lück coloca que:

O conceito de gestão, portanto, parte do pressuposto de que o êxito de uma organização social depende da mobilização da ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um “todo” orientado por uma vontade coletiva (LÜCK, 2006, p.22).

Esta é uma das principais condições para uma educação efetiva na escola, sempre tendo como foco os objetivos traçados. No decorrer da história da educação no Brasil podemos perceber o forte discurso de uma educação pública para todos, a qual teve de início um direcionamento para as classes dominantes e depois de um longo período para a classe dominada o que implicou na constituição da gestão da escola pública. Conforme ressalta Freitag (1980), onde com o início

do processo de industrialização:

A nova força de trabalho precisa ser recrutada dentro da nova configuração da sociedade de classes. Evidentemente não será fornecida pela classe dominantes, na qual continuam figurando, mesmo com seu poder reduzido, a velha aristocracia rural, a burguesia financeira e a nova burguesia industrial em ascensão. Preocupada em formar seus quadros dirigentes em escolas de elite (na maioria ainda particulares) esta classe não revela interesse pelo ensino técnico, A força de trabalho adicional também não poderá ser buscada nos setores médios e baixos da burguesia e da pequena burguesia ascendente, preocupada em ocupar vagas do ensino propedêutico, a fim de alcançar um título acadêmico (uma das formas de ascensão). Pelo grande déficit educacional nas áreas rurais, também não será o campesinato que fornecerá os elementos que, qualificados pela escola, promoverão o desenvolvimento industrial. Resta a reduzida classe operária, formada parcialmente pelos trabalhadores urbanos e rurais imigrados ao Brasil nas décadas anteriores, bem como populações nacionais migradas para os centros urbanos, semi e desqualificadas, ou seja, “o exército industrial de reserva”. (FREITAG, 1980 p.53)

Diante disso, podemos notar que o discurso de “escola para todos” é antigo em nosso país, além disso, voltado para as elites, filhos de barões do café. A educação de qualidade não era voltada para a classe popular, pois essa era mão de obra, e deveria aprender o suficiente para trabalhar nas escolas de nível técnico, e o nível superior era destinado somente os filhos dos grandes burgueses. Por mais que exista um discurso em nosso país dizendo que existe educação de qualidade para todos, isso é uma falácia, que está longe de ter um fim, pois somente quem está no dia-a-dia das escolas públicas sabem da precariedade da educação em nosso país.

Devido a necessidade de um trabalho diferenciado tanto no aspecto educacional como de gestão, a Educação do Campo vem conquistando um novo olhar perante as políticas públicas relacionadas ao ensino, mas ainda há muito a melhorar. Principalmente na disputa por um espaço na luta dos Movimentos Populares e Sociais, assim como de intelectuais em busca de um ensino laico, gratuito e obrigatório, mas que, sobretudo abranja as necessidade e peculiaridades das Escolas do Campo.

2.2 UMA EXPERIÊNCIA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA DO CAMPO

A Escola Estadual do Campo do Marilu – Ensino Fundamental, situa-se no distrito do Marilu no município de Iretama-PR, pertencente ao Núcleo de Educação de Campo Mourão. Fundada em 12 de abril de 1960 a Escola São José do Muquidão, hoje Colégio Estadual do Marilu, iniciou suas atividades em uma casa particular, construída em madeira, na fazenda do mesmo nome, aonde mais tarde, viria a constituir-se em um povoado e elevado a categoria de Distrito, com o nome de Marilu; através da lei nº 5.409 de 20 de outubro de 1966. Em 1972, a Escola é transferida para o atual prédio de alvenaria, construída no mês de maio do mesmo ano. Teve sua autorização em 04 de janeiro de 1983 através dos atos oficiais da Lei 5692/71, na resolução secretarial nº 127/82. Em 12 de março do ano de 1985 é reconhecida como Escola Estadual de Marilu pela resolução secretarial nº 800/85, na gestão do então prefeito Humberto Gomes Martins, autorizado pela Inspetora de Auxiliar de Ensino Doracy dos Santos Bertaluzzi, a qual encerrou suas atividades na escola no ano de 2013 quando obteve aposentadoria compulsória após mais de dez anos de dedicação a escola e comunidade do Marilu.

A comunidade caracteriza-se como estritamente como uma Escola de Zona Rural, na qual a maioria dos alunos vem de assentamento, fazendas e sítios próximos, além de uma pequena porcentagem que são da localidade. A maioria dos pais são pessoas simples que sobrevivem do trabalho de bóia-fria, com menos de um salário mínimo. A Escola tem uma organização impar diferente da maioria das Escolas do núcleo de Campo Mourão, por se tratar de uma comunidade pobre com um nível de escolaridade muito baixo. E podemos defini-la como uma escola do Campo pela sua clientela. O transporte que leva as crianças à escola é um ônibus mantido em parceria com Município e Estado.

O Projeto Político Pedagógico, possui como caracterização da clientela de atendimento e objetivo de trabalho, construir coletivamente um PPP que venha de acordo com os anseios da comunidade escolar da qual fazemos parte, fundamentado na Pedagogia Histórica Crítica, fazendo com que todos sejam, sujeitos do processo educativo.

A instituição possui vários objetivos de trabalho, como incentivar o respeito à dignidade e aos direitos de todos aqueles que fazem parte da comunidade escolar

consideradas na sua diferença individuais, sociais, econômicas e culturais, estimulando dessa forma uma independência e respeito mútuo tendo como base um processo educativo libertador, lutando sempre para o desenvolvimento de um sujeito criativo participativo e crítico, o Projeto Político Pedagógico em seu olhar democrático, elaborado por toda comunidade escolar, alunos e sociedade em geral, procura garantir atendimento em todos os segmentos o qual faz parte a comunidade escolar, participando do processo educativo.

Partindo do ideal da Gestão Democrática, procura transformar a escola em um espaço de produção do conhecimento coletivo, assim como de trocas de experiências, possibilitando aos alunos aprender a fazer, procurando desenvolver competências do saber, relacionando os saberes na resolução de problemas e assim adquirir uma qualificação profissional. Aprender a conviver, desenvolver a compreensão do outro, a percepção das interdependências, a construção de projetos comuns, ser capaz de gerir conflitos fortalecendo sua identidade, respeitando a dos outros, respeitando valores de pluralismo, compreensão mútua e busca da paz. O aprendizado desenvolvendo a sua personalidade, agindo com autonomia, expressando opiniões e assumindo as responsabilidades sociais e pessoais.

Em sua nomenclatura de Gestão Democrática, visa uma educação voltada para a transformação social, sendo esta libertadora, crítica e humanitária. Oportunizando ao educando um conhecimento científico, político e cultural, visando formar um cidadão crítico e consciente de seus direitos e deveres, preparado para a vida. Um indivíduo capaz de interagir com o outro e com o meio ambiente de forma equilibrada. Partindo desse princípio, a escola precisa da participação da comunidade como usuária consciente deste serviço, não apenas para servir como instrumento de controle em suas dependências físicas. Trata-se de romper com os muros da escola.

Os professores devem romper com as posições pedagógicas cartesianas para fazerem dialeticamente a relação necessária entre as disciplinas que compõem o currículo escolar e a realidade completa da vivência do aluno, a partir da visão interdisciplinar do conhecimento, daí a importância do ato reflexivo no dinamismo da prática pedagógica através da reflexão conjunta do projeto educativo, em oposição à racionalidade técnica. O desafio de um novo projeto pedagógico não deve levar em

conta o consenso como ponto de partida, mas o conflito que favorece a diversidade numa trajetória construída coletivamente na tomada de decisões.

O resultado do processo de planejamento será influenciar e provocar transformações nas instancias e nos níveis educacionais que, historicamente, têm ditado o como, o porquê, o para que, o quando e onde planejar.

3. METODOLOGIA

O trabalho teve como base de estudos a pesquisa bibliográfica, além da observação e participação, atuando diretamente com professore,s alunos, funcionários, pais, direção e Equipe Pedagógica em todo processo de tomada de decisões. A pesquisa bibliográfica auxiliou na utilização de fonte de pesquisa e registros disponíveis sobre o tema de pesquisa decorrente de trabalhos anteriores, Severino (2010) salienta quanto a esse tipo de pesquisa que: “A pesquisa *bibliográfica* é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” (p.122) Já a pesquisa de campo em seu sentido mais amplo auxiliou na busca de objetos, assim como a coleta de dados no ambiente diretamente observado sem nenhum tipo de intervenção ou manuseio, os quais fundamentaram o trabalho da Gestão Democrática principalmente ao que envolve as Instâncias Colegiadas na educação do campo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da pesquisa realizada, assim como das observações realizadas relacionadas as Instâncias Colegiadas de forma que atendem os requisitos de uma Gestão Democrática, podemos considerar que, para o processo de democratização do sistema de ensino aconteça de fato, são necessários alguns requisitos como uma vivência do aprendizado contando com a participação da comunidade nas Instâncias Colegiadas na tomada de decisões, por um processo construído coletivamente, considerando as especificidades da comunidade atendida.

Esses mecanismos de gestão democrática devem resguardar as especificidades locais. Estas especificidades apontarão para a melhor forma de organizar os espaços democráticos participativos que podem ser: grêmio estudantil, associação de pais e mestres, conselho de classe, Conselho Escolar, dentre outros. O Conselho Escolar, em especial, poderia funcionar como núcleo para socialização, discussão e construção de trabalhos coletivos da escola e da comunidade. (GRACINDO, 2006, p.46)

Quando se busca na escola um alto nível de participação, é necessário ter como base a cooperação, assim como o trabalho coletivo, a Gestão Democrática dessa forma é fundamental para um verdadeiro diálogo entre todas as partes, assim como a construção de projetos que realmente deem resultados. A gestão é acima de tudo um ato político, o qual implica a tomada de decisões nos mais variados segmentos, as quais não são de cunho individual, mas coletivo, envolvendo toda comunidade, pais, alunos, professores, Equipe Pedagógica e Direção.

Diante dos atuais estudos sobre o sistema escolar, assim como, as políticas educacionais que tem centrado na escola como unidade básica para realização de metas do sistema escolar. Uma educação democrática é efetivada a partir do momento que a comunidade seja participativa no ambiente escolar e ciente da importância de sua participação no processo, mas para isso acontecer não pode existir uma gestão autoritária, o educador deve estar sempre em busca de aprimoramento de seus conhecimentos, para atuar com segurança, além de utilizar a melhor forma os conhecimentos prévios dos alunos.

A Gestão Democrática na escola do campo pode ser entendida e articulada com base no interesse dos trabalhadores, pois a participação de todos nas decisões realizadas é que irão contribuir para formação da concepção de sociedade, mundo e formação de um cidadão cada dia melhor.

Compreender o lugar da escola na Educação do Campo é ter claro que ser humano ela precisa ajudar a formar, e como pode contribuir com a formação dos novos sujeitos sociais que se constituem no campo, hoje. A escola precisa assumir a sua vocação universal de ajudar no processo de humanização, com as tarefas específicas que pode assumir nesta perspectiva. Ao mesmo tempo é chamada a estar atenta à particularidade dos processos sociais do seu tempo histórico e ajudar na formação das novas gerações de trabalhadores e militantes sociais (CALDART, 2005, p. 30).

A escola por si só é um espaço vazio, para ela realmente existir é necessário muito mais que carteiras, cadeiras, quadro negro, materiais, ela necessita de vida, de pessoas que a constituem e a constroem com suas histórias, vivências, culturas, hábitos. A democracia é parte fundamental para a construção deste ambiente, se a gestão das escolas não for democrática, acaba afastando pouco a pouco pais, alunos, professores. A participação efetiva das Instancias Colegiadas dependem que a Gestão Democrática seja real, para que tenham voz e vez para falar e darem suas opiniões com relação às necessidades da escola. Podemos confirmar diante dos estudos realizados até o presente momento, a importância que a Gestão Democrática realmente se efetive no ambiente escolar, para que o trabalho das Instancias Colegiadas possa realmente acontecer.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões aqui realizadas, sempre focando a importância de a Gestão ser realmente Participativa, contando com a ajuda de pais, alunos, professores e demais funcionários da instituição, focando as principais necessidades da instituição, do corpo discente e docente, assim como da comunidade. A escola não é um órgão que deve servir aos interesses de diretor e professores, mas sim as pessoas que são a razão dela existir, os alunos.

A participação das Instancias Colegiadas ainda são um desafio nas escolas tanto da zona urbana como nas Escolas do Campo, por conta da baixa participação dos pais ao que se refere assumir compromissos com a educação, tudo ainda é muito novo para os mesmos e por isso o medo e receio de assumir este compromisso diante de toda uma comunidade. E por essa razão é necessária uma formação para todos que assumem esse compromisso para que saibam qual seu real papel diante da comunidade educacional.

Vários são os teóricos que falam sobre a educação do campo, sobre a importância da comunidade na participação das atividades que envolvem a escola, a valorização de sua cultura, o desejo de melhorar e fortalecer este tipo de educação. Por mais que seja colocada a importância da participação efetiva dos vários segmentos os quais fazem parte da comunidade escolar, para a construção da

metodologia de avaliação, elaboração do Projeto Político Pedagógico, assim como participarem da administração dos recursos da escola nos processos de tomada de decisão onde serão gastos, designando o que é realmente importante para escola.

Para que a participação ocorra de fato, é necessário antes de tudo que o gestor, em parceria com o Conselho Escolar, crie um ambiente que estimule o trabalho em conjunto, considerando todos igualmente, sem nenhuma distinção de cargo, com a junção do trabalho de todos o sucesso será garantido. Além disso, é necessário que os envolvidos que compõem a comunidade escolar, tenham conhecimento das leis governamentais que são propostas para a educação, com as concepções que norteiam as políticas. Dessa forma podemos entender a democratização como um processo que inicia internamente na escola, com a criação de espaços onde os professores, funcionários, alunos, pais e demais membros da comunidade possam discutir sobre o cotidiano escolar e suas necessidades de melhora. A escola tem como função formar indivíduos críticos, criativos e participativos, que tenham condições de trabalhar e lutar por uma sociedade melhor, mais digna e igualitária para todos, melhorando dessa forma nosso país.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96.**

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** Petrópolis: Vozes, 2000.

CASTRO, Adenise Figueira Barbato. **A autonomia do Conselho Escolar: uma Gestão Democrática.** Maringá: SEED/UEM/FECILCAM, 2008. Programa de Desenvolvimento Educacional. In.:<
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1521-6.pdf>> acessado dia 04/04/2014

DELORS, Jacques (Org). **Educação: um tesouro a descobrir.** São Paulo: Cortez/Brasília: MEC: UNESCO, 1998.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** 11ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREITAG, Barbara. **Escola, Estado & Sociedade** 4ªed. São Paulo: Moraes, 1980.

GRACINDO, Regina Vinhaes [et. al.]. **Conselho Escolar e a educação do campo**. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares ; 9)

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J.F. de; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LÜCK, Heloisa. **A gestão participativa na escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 41ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SEMERARO, Giovanni. **Da Libertação à Hegemonia: Freire e Gramsci no processo de democratização do Brasil**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 29, p. 95-104, nov. 2007. In.: < <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n29/a08n29.pdf>> acessado 25/10/2013.

SCHWARTZ, Cleonara Maria; ARAUJO, Gilda Cardoso de; RODRIGUES, Paulo da Silva (orgs). **Escola de gestores da educação básica : democracia, formação e gestão escolar : reflexões e experiências do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica no Estado do Espírito Santo** /— Vitória: GM, 2ª edição - 2010.

SILVA, Geovane; LINHARES, Clarice. **A construção da Gestão Democrática na Educação do Campo**. A experiência do Colégio Estadual Iraci Salete Strozak, Conselho Escolar e Conselho de Classe Participativo. Revista Maré – Ano I, nº 1, 2011. In.:

<http://educampoparaense.org/revistamare/sites/default/files/files/Geovane%20da%20Silva_A%20contrucao%20da%20gestao%20democratica%20na%20educacao%20do%20Campo.pdf>